

IGNORÂNCIA, REDES SOCIAIS E A UNIVERSIDADE (ESCOLA): O NEGACIONISMO E UMA PSEUDO HORIZONTALIDADE NO DEBATE

*IGNORANCE, SOCIAL MEDIA AND THE UNIVERSITY (SCHOOL): NEGATIONISM AND
PSEUDO-HORIZONTALITY IN THE DEBATE*

 <https://orcid.org/0000-0003-4787-5069> André Luiz Bernardo Storino ^A

^A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Correspondência: André Luiz Bernardo Storino (dresofia@gmail.com)

Resumo

Este artigo traz um relato de experiência na disciplina de filosofia, em um curso presencial, como parte de sua grade ministrada na modalidade EAD, de uma universidade particular no Rio de Janeiro. Apresenta um episódio vivenciado pelo professor-tutor de acusações de “ativismo político-ideológico” na produção e correção de uma atividade avaliativa, relatando as ameaças e intimidações sofridas no seu direito e dever de lecionar e ensinar. Assim, discutimos, a partir do ocorrido, como tem se configurado a utilização da ignorância (negacionismo) como estratégia para criar uma falsa horizontalidade em debates e como isso fomenta a coação no campo da educação, catapultada pelas redes sociais. Abordamos, ainda, a necessidade de pensar a presença dessas perspectivas negacionistas, dos discursos produzidos e que circulam nas/pelas redes sociais e têm ecoado nas universidades e escolas. E, por fim, perceber a importância do debate entre a formação ético-política no fomento de uma educação democrática.

Palavras-chave: Universidade; Escola; Negacionismo; Falsos Debates; Liberdade Acadêmica.

Abstract

This article presents an experience report in the university subject called Philosophy, in a face-to-face course, with part of its schedule taught by distance learning methods, at a private university in Rio de Janeiro. It presents an episode faced by the teacher-tutor, who had suffered accusations of “political-ideological activism” in the preparation and correction of an assessment activity, which has reported the threats and intimidation suffered in their right and duty to educate and teach. Therefore, we discuss, based on what happened, how the use of ignorance (denialism) has been configured as a strategy to create a false horizontality in debates and how it encourages coercion in the field of education, catapulted by social media. We also approach the need to think about the presence of these denialist perspectives as well as about the speeches generated by them and circulating on/through social media which have echoed through universities and schools. And, finally, highlight the importance of the debate about ethical-political formation while promoting democratic education.

Keywords: University; School; Negationism; False Debates; Academic Freedom.



Introdução

A ideia de que a terra teria uma forma plana não é uma novidade, como também algumas teorias revisionistas dos fatos históricos não o são, assim como a aparição de determinada resistência à vacinação quando uma nova doença surge, como a que presenciamos em nosso país e no mundo em relação a epidemia do coronavírus. Nova é “A descrença nas instituições, na ciência, na educação, associada a um ressentimento, à constatação de que os sujeitos foram privados e mesmo impedidos de acessar as estruturas de poder aguça ainda mais o desejo de a tudo se opor, de revisar o passado e de reescrevê-lo de outro modo”. (Lima, 2020, p. 391) Descrença potencializada pelas redes sociais, por isso não é novidade que sempre vai haver alguém que esteja disposto a defender algumas teses por mais absurdas que possam parecer, mas a amplificação dessa voz é que tem contornos diferentes.

A amplificação desse ‘se opor’ a todo custo, caracteriza o que se denomina, a grosso modo, de “negacionismo” (Lima, 2020), e que vai ganhando uma nova configuração nas redes sociais. Um novo fenômeno que parece trazer uma pseudo horizontalidade no debate devido à rápida propagação, assim como pela utilização de diversos canais em diferentes plataformas, tal qual o YouTube, por exemplo. Propagação mantida pela utilização dos algoritmos fazendo com que a aderência e permanência nas/em “bolhas”¹ tragam a sensação de se falar a muitas / os, permitindo um debate amplo com diferentes interlocutores, quando o que há é um monólogo permanente.

Guarnecidas pelas teorias ‘revisionistas’ que estão em voga, seja sobre vacina, o formato da Terra, a História da Escravidão no Brasil, o Holocausto (Moraes, 2011) dentre outras, o surgimento de novos adeptos é fomentado sucessivamente por meio dos canais individual, como também coletivos, nessas plataformas, que se multiplicam seja pela facilidade de criação seja pela forma sensacionalista de dispor e propor o conteúdo. Há ainda uma presença menos expressiva em canais mais tradicionais de comunicação como programas de televisão e rádio.²

¹ Para este conceito de “bolhas”, na internet, e como ele se configura como microesferas públicas, entrevista com a professora Raquel Recuero: “Redes sociais formaram bolhas na internet que restringem circulação de opiniões e ideias”. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6814-redes-sociais-formaram-bolhas-na-internet-que-restringem-circulacao-de-opinioes-e-ideias>. Acesso em: 23 fev. 2022.

² Ver a entrevista do comediante Danilo Gentili ao apresentador Marcelo Tas no programa Provoações da TV Cultura. Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=1317639331727058>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Os negacionistas podem, assim, encontrar brechas, encontrar sujeitos que comungam de valores eugenistas, de valores misóginos, que comunguem de uma insatisfação, de uma descrença nas instituições, na ciência, na história. São construções discursivas, cuja aparência de racionalidade, esconde, de fato, posições ideológicas de grupos radicais dispersadas em uma grande quantidade de sites e também nas redes sociais. (Lima, 2020, p. 394)

Esses canais (Sites, Blogs, YouTube...) são facilmente acessados pelas/os estudantes de diferentes níveis de ensino e que podem ser facilmente tomados como ferramentas no processo de aprendizagem e como fontes de pesquisas 'confiáveis'. Sites que disponibilizam farto material com informações distorcidas, com demasiadas teorias conspiratórias, mas que se vendem como isentas de qualquer ideologia, um exemplo é o movimento “Escola sem Partido”. (Penna, 2018)

Sites esses, que tentam manter uma suposta neutralidade com o pretexto de denunciar tudo e todos como os grandes "vilões". Atribuindo aos “outros” (esses outros nunca são bem representados, pois pode ser qualquer um que se opõe), a pecha de corromper o sistema democrático (ameaça comunista, marxismo cultural, ditadura gayzista, ...), de tentar impor uma ‘ditadura velada’, ecos que pareciam chegar aos altos escalões do governo federal, no período do mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, e também advindo de lá através de alguns ministros,³ reverberado entre apoiadores próximos e uma parcela de seu eleitorado.

4

Foi, então, nesse cenário que experimentei, no ano de 2021, quando da produção e correção de uma atividade avaliativa, na disciplina de filosofia, em uma universidade particular no Estado do Rio de Janeiro, de forma mais incisiva, a conjugação da ignorância como estratégia, das redes sociais como ferramentas e a tentativa de horizontalidade de um pseudo debate como meio de coação e intimidação em minha atuação como professor, por meios de ameaças e ataques diretos a minha capacidade e competência de lecionar, assim como a minha pessoa e minhas escolhas políticas.

³ Artigo no EL PAIS: “Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido”. Disponível em: [Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido](#). Acesso em: 25 jan. 2024.

⁴ O crescimento de células neonazistas sugere uma relação direta com sinais que são dados por figuras que pertenceram ao atual governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, ver a reportagem “Cresce o número de grupos neonazistas no Brasil”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cresce-o-numero-de-grupos-neonazistas-no-brasil/>. Acesso em: 28 fev. 2022. Algumas ações que servem para fomentar modelos a esses grupos nascentes, ver a reportagem ‘Um ídolo para eles’: investigação sobre neonazistas revela admiração a autor de massacre em Suzano. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59733205>. Acesso em: 28 fev. 2022.

Escrita e Reflexão

Em minha atuação como professor-tutor, realizo a produção de uma atividade que denominamos “Escrita e Reflexão”. Ela compõem um dos instrumentos avaliativos a ser realizado por todas/os que estão inscritos na disciplina de Filosofia. Essa disciplina está presente na grade de quase todos os cursos oferecidos na Universidade, com uma perspectiva, dentre tantas caras à filosofia, a de fomentar o senso crítico, o raciocínio lógico e a aproximação das Humanidades. A intenção da atividade é justamente suscitar a reflexão e a escrita, a partir das referências utilizadas na disciplina, assim como os textos e imagens usados na composição do enunciado da atividade.

Neste caso, usamos uma charge da cartunista Laerte no enunciado da questão com ilustração e provocação para pensar:

Figura 1 – Charge usada no enunciado da Atividade de Escrita e Reflexão.



Fonte: Laerte, 2018. Disponível em: <https://laerte.art.br/tag/terra/>. Acesso em: 26 jan 2024.

Após a charge, havia no enunciado o seguinte texto:

A cartunista Laerte Coutinho faz humor com questões que podem ser discutidas pelas ciências humanas, a saber, filosofia, sociologia, história, geografia, antropologia dentre outras. Ela brinca, ao mesmo tempo em que faz uma crítica às noções tomadas superficialmente em muitos debates na atualidade: justiça, ética, corrupção, e até mesmo as questões que já estavam consagradas pelo conhecimento científico: o formato da terra. De um lado as discussões éticas; do outro, as polêmicas que são tomadas por um grupo de pessoas como verdades que são negadas à humanidade. Assim como as noções éticas podem ser (e são constantemente discutidas), hoje um conjunto de ideias “negacionistas” estão aparecendo nas redes sociais e ganhando alguns adeptos e formando movimentos como os “antivacinas”, os que dizem que o “nazismo é um movimento de esquerda”, aqueles que negam “aquecimento global” dentre outras ‘pós-verdades’ que acometem nosso século e tomam as redes sociais, através de grupos mais ou menos organizados. Dentre esses, vamos lançar nosso olhar para o movimento dos “terraplanistas”.

E, por último, a indicação de dois textos, de cunho geral, para alargamento do tema: Guilherme Eler e Alexandre Versignassi “A ‘ciência’ da Terra plana”, Revista Super Interessante. E o texto de André Jorge de Oliveira “Como refutar cientificamente 15 argumentos negacionistas”, na Revista Galileu.⁵ E como tarefa a ser realizada pela/o discente, a escolha de uma, dentre as três perguntas, para responder e dá forma à sua Escrita e Reflexão.

1. De que forma a filosofia pode auxiliar no combate as teorias anticientíficas que aparecem em diversas áreas do conhecimento?
2. Quais as relações podem ser verificadas entre as noções de senso comum e bom senso em analogia às teorias negacionistas?
3. Quais as semelhanças e diferenças podem ser verificadas entre o texto “Alegoria da Caverna”, do filósofo Platão, e a teoria negacionista da terra plana?

Ao produzir a sua resposta, a/o aluna/o deveria fundamentar sua perspectiva com o material disponível nas Unidade de Ensino, isto é, citando literalmente um trecho do material que dialogasse e respaldasse a sua afirmação.

O Negacionismo como postura filosófica: a confusão, a ignorância ou a estratégia?

Uma resposta apresentada à pergunta de número 1 deu início a confusão, que poderia ser apenas um caso de ignorância ou a utilização dessa como estratégia. De fato, foi quando tudo começou, pois a perspectiva assumida pelo aluno em sua, em resposta apresentada na questão, foi de que o termo negacionista havia sido tomado, no enunciado da questão, e utilizado por mim, equivocadamente, pois o termo para ele mais se assemelha a postura filosófica do que o contrário, isto é, o Negacionismo seria mais uma postura de busca da verdade, uma espécie de Maiêutica, do que uma postura intransigente frente à ciência.

E para fundamentar a sua posição, apresentou uma passagem do material sobre o filósofo Sócrates, que diz: "O filósofo não é aquele que tudo sabe (...). O filósofo sabe que o saber nunca é saber plenamente possuído. O seu saber é sempre esperança de saber melhor, anseio de descobrir e redescobrir" (Material interno da instituição, não indicado aqui por questões éticas).

A resposta do aluno afirmava que a ciência tinha sido “ideologizada”, logo o termo “negacionista” se tornou pejorativo, pois era usado para identificar pessoas que não concordavam com o pensamento único, apresentado por cientistas “militantes” de uma

⁵ Disponíveis em: <https://super.abril.com.br/ciencia/a-ciencia-da-terra-plana/> ; <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2020/07/como-refutar-cientificamente-15-argumentos-negacionistas.html>

ideologia política (neste caso, “de esquerda”), por isso, estaríamos vivendo um retrocesso científico. E, como conclusão, afirmava que se deve contestar tudo e todos até que seja “comprovada cientificamente”, ou seja, quando a ciência não fosse feita por um “cientista militante”. Arremata a explanação com um exemplo, ao afirmar que a Organização Mundial da Saúde-OMS que havia colocado a população em dúvida, pois havia indicado, inicialmente, que apenas as pessoas doentes deveriam usar máscaras, mas depois disseram que todos deveriam usar. O que, segundo a resposta dada à questão, teria contribuído para levar as pessoas ao desentendimento, descrença e confusão, logo colocando em suspeita as orientações da Organização.

Quando da correção da atividade, e uma nota abaixo do esperado, mesmo pontuando cada contradição no texto, cada utilização equivocada dos conceitos em um feedback longo e detalhado, foram, então, que se iniciaram os ataques. O primeiro foi a acusação de doutrinação, nos termos “ativismo político-ideológico”, e aqui seria a posição à esquerda do espectro político. O segundo, a intolerância em realizar a correção, pois além de viciada pela “ideologia política”, estaria sendo intolerante na correção com quem pensa diferente, não fazendo justiça ao aceitar a perspectiva de que o termo negacionista seria muito mais filosófico. Não respeitando, assim, quem pensa diferente.

Terceiro ataque direcionou à minha competência como professor, pois após uma pesquisa na internet de quem eu era, minha formação e escritos, assim como redes sociais e posição política, afirmava que me faltava competência para tal e que exigia outro docente. O que foi negado pela universidade.

O quarto ataque foi a tentativa de intimidação, asseverando que levaria o caso à coordenação de EAD, à coordenação do curso de direito, à reitoria, e se nada fosse feito, ao (ex) vereador e “youbute”, Gabriel Monteiro, para que divulgasse em suas redes sociais um caso de doutrinação dentro da universidade. Por último, a divulgação em diversos grupos de WhatsApp, que afirmavam possuir acesso pela posição que ocupava (não foi possível saber que posição era essa) e a ameaça final: processo judicial. A perseguição continuou com desrespeitos, insultos e mensagens de cunho sarcásticos na plataforma de ensino quase o semestre inteiro, por meio de “Mensagens Instantâneas-MI” e pelo fórum do “Fale com o Professor-Tutor”.⁶

⁶ Por questões éticas, não serão reproduzidos aqui, como também nenhuma frase na íntegra da resposta da pessoa em questão.

A fim de me salvar, levei o caso ao meu coordenador de tutoria e à coordenação do curso à época. A posição da universidade, após análise do caso, concluiu que a avaliação estava correta, não havendo nada a modificar e a nota atribuída fora mantida. Reconheciam o direito de questionamento do aluno, mas que a mesma havia sido considerada improcedente. Em relação a ameaça de publicização por meio do vereador YouTube, a coordenação manteve-se serena informando-me que ficasse tranquilo, uma vez que todo procedimento foi tomado e a questão estava bem fundamentada. Não recebi nenhuma notificação judicial até então.

A recepção da questão, a postura assumida na produção do texto a ser entregue, a arrogância apresentada na solicitação de revisão da correção, assim como os sucessivos ataques e ameaças posteriores e, uma quase, certeza de que todo o ocorrido teria um desfecho favorável, pois em uma das mensagens apontou que previa a minha “vitimização” e esperava um “pedido de desculpas”. Mesmo estando demasiado equivocado, tal postura parece evidenciar os frutos de um período que temos vivenciado e experimentado, veementemente, após a ascensão de posturas ditatórias nos últimos anos, sobretudo de figuras públicas, valendo-se das redes sociais como catapulta para o discurso de ódio e da sensação de impunidade.

Do falso debate ao debate falso, prevalece a estratégia da ignorância.

As acusações de que a universidade e a escola promovem essas ameaças ‘ideologizantes’ através da imposição de um currículo viciado, construído para doutrinar as crianças e adolescentes, pois são seres em formação e, nesta perspectiva, estariam vulneráveis aos doutrinadoras/es, ainda que infundadas, ganham projeção pelas redes sociais e são absorvidas pelo senso comum como uma potencial verdade. O que também vem sendo direcionado às universidades, principalmente as públicas, de promoverem perseguição àquelas e aqueles que não leem nas ‘cartilhas’ dos ditos professores marxistas, tomam, dessa forma, a atuação do magistério como “um imperativo de neutralidade estatal compreendido erroneamente”. (Honneth, 2013, p. 547)

O que parece imprimir equivalência em determinadas teorias, ideias e posturas frente ao debate público, como afirma Helcira Lima, são a aparência científica que as fábricas de

ideias ⁷ parecem fomentar, a partir de institutos e revistas pseudocientíficas como o Journal of Historical Review, que tem acesso “(...) nos campi americanos desde os anos de 1980, e colaboram para fomentar a desconfiança sobre a ciência e sobre a história, além de disseminar ideias falsas” (2020, p. 394).

São grupos, como Escola sem Partido e movimentos antigênero por exemplo, que mantem uma postura reivindicatória de um Estado Democrático de Direito ‘meio às avessas’, como que um garantidor de liberdades individuais sem as consequências coletivas, um promotor de uma verdade ‘única’ que ficou velada por interesses escusos e que corrobora aquilo que se quer defender, ainda que esta defesa possa colocar em perigo a existência da pluralidade, valendo-se da ignorância como estratégia política e o debate como prática nociva, ou seja, evidenciando que “(...) o nível de ignorância obstinada jamais foi tão alto como agora (...)” (Mbembe, 2020).

As perseguições que são direcionadas a figura do educador Paulo Freire são um exemplo da existência desse falso debate direcionado também à escola e a universidade conjugada a atuação pelas redes sociais. ⁸ De forma sintomática e sistemática não se discutem suas ideias, nem a importância das suas teorias e métodos educacionais, mas o seu lugar em um determinado espectro político. A tentativa de desqualificá-lo não se dá no campo de uma desconstrução teórica sobre educação, das suas obras, conteúdo e forma de um currículo, mas na tentativa de imputação ad hominem repetidamente. ⁹ Ocorrendo o mesmo com outras pessoas proeminentes, como o Papa Francisco, ¹⁰ até mesmo com instituições como o Supremo Tribunal Federal-STF.

⁷ “O Heartland Institute é, por exemplo, um think tank de políticas públicas, que surgiu em 1984 nos Estados Unidos. Ele é conservador e se diz libertário. Desenvolve trabalhos em áreas diversas como reformas de ensino, cuidados da saúde, aquecimento global entre outros. Nos anos 2000 ele se tornou o mais importante instituto patrocinador do negacionismo climático, alegando que as políticas para combater os efeitos das mudanças climáticas podem ser prejudiciais à economia. Ainda nos Estados Unidos, em 1979, foi criado o Institute for Historical Review (IHR), por Willi Carto, com a intenção de garantir legitimidade ao movimento negacionista” (Lima, 2020, p. 394).

⁸ Ver reportagem “Por que trabalho e legado de Paulo Freire são alvos de tanta desinformação?” Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/por-que-trabalho-e-legado-de-paulo-freire-sao-alvos-de-tanta-desinformacao/>. Acesso em: 23 fev 2022.

⁹ Ver a entrevista do comediante Danilo Gentili, já citada. Contudo, o caso mais contundente foi a Sugestão Legislativa nº 47, de 2017, rejeitada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que tinha a intenção de retirar de Paulo Freire o título de “Patrono da Educação Brasileira”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/14/cdh-rejeita-sugestao-para-retirar-de-paulo-freire-titulo-de-patrono-da-educacao>. Acesso em: 28 fev 2022.

¹⁰ Deputado chama Papa de “vagabundo” e “safado” na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/deputado-chama-papa-francisco-e-arcebispo-de-aparecida-de-safados-e-vagabundos/>. Acesso em: 02 mar 2022.

Neste caso, é uma evidente estratégia de ação, cuja ignorância é acionada como ferramenta, (Mbembe, 2020) pois quanto menos se sabe sobre suas teorias, mais se arvoram em tentar preservar as crianças de uma “suposta” doutrinação advindas de suas ideias no ambiente escolar e na universidade. Assim, quanto mais são direcionados ataques a essa perspectiva teórica/metodológica/política de Paulo Freire de se ensinar, tanto mais se fomenta o medo generalizado às supostas ideias ‘perniciosas’ que podem vir a corromper o alunado. Isto é, ataque sem possibilidade de construção dialógica, ataque pelo ataque.

O que também é possível perceber na dinâmica empregada pelo discente ao afirmar que "Infelizmente vários setores da ciência foram ideologizadas e isso nos trás (sic) um grande retrocesso a verdadeira comprovação científica e a real credibilidade do resultado. Não sabemos se algo foi comprovado cientificamente ou se o cientista (as vezes militante) quer apenas induzir a comprovação do 'achismo' ou na defesa do que ele acredita como verdade absoluta apenas por seguir a sua ideologia política". Isto é, torna-se impossível contradizê-lo, uma vez que a postura negacionista é justamente negar essa possibilidade, pois toda prova que contraria o seu ponto de vista seria, no fundo, resultado de uma militância do cientista.

A postura assumida pelo aluno, em relação a discussão do termo negacionismo, utilizado na questão, não se trata se há uma definição do termo, ou se ele está em disputa, mas se ele corresponde ao sentido que será assumido enquanto postura frente as suas crenças. Conforme aponta Rodrigo Nunes (2022) ao pontar que o conceito não diz respeito somente a quem se vale dos seus tentáculos, falsários e conspiracionistas, mas de quem, de algum modo, sente-se atraído por ele, isto é, a condição de negação como status de postura questionadora por si só e, por isso, participo do grupo dos críticos que não aceitam tudo passivamente, mas que, no fundo, gera o terreno fértil para e pela “demanda pela mercadoria que os “negacionistas” conscientes fornecem” (2022, p.39).

Essa postura do ataque pelo ataque, da ameaça à judicialização e exposição nas redes sociais, é possível perceber na afirmação do discente quando percebe que sua nota não será mudada.

Vc defende o que quiser, mas fora da sala de aula. Aqui vc é professor e espero que a sua militância não atrapalhe ninguém como fez comigo. Encaminharei o caso a coordenação da EAD que pelo que vejo não vai resolver nada, posteriormente a coordenação do curso de direito e a reitoria da Universidade e após caso não seja resolvido o meu problema terei que entrar na justiça e encaminhar o caso ao vereador e youtube Gabriel Monteiro poder denunciar em suas redes sociais mais um caso de ativismo político em uma avaliação e dessa vez na (nome da instituição omitido) e a diversos grupos de Whatsapp que como representante tenho acesso. Antes que comece a se vitimizar informo que não é uma ameaça apenas estou te avisando o que farei dentro da legalidade e do meu direito de recorrer a instâncias

superiores. Tentei resolver da melhor maneira possível, mas vejo que vc não é aberto ao diálogo e dá mais atenção a sua militância política do que vc é pago para fazer que é lecionar.

O que denominamos de debate falso é mais difícil de caracterizar, pois ele vem pelas redes sociais, principalmente, vestido em uma roupagem atraente da liberdade de expressão, do direito de se colocar em toda e qualquer questão, controversa ou não, a sua própria opinião, construindo uma falsa equivalência. Quando se postula que a posição e os discursos emitidos por responsáveis dos discentes e professores (educadores, professores e especialistas em educação) estão em igualdade de condições para pensar seja o ambiente escolar seja o currículo no campo da educação, constrói-se a vacilante ideia de que se está a discutir entre pares. Ao se aceitar que sejam equivalentes, corre-se o perigo de fazer do Estado um provedor de uma extensão da casa de cada pessoa ao ambiente escolar, e não o contrário.

A construção de um cidadão republicano, a partir de uma educação pública, conforme aponta Axel Honneth (2013) não pode prescindir do debate político, uma vez que a equalização entre ética e política necessariamente deve pressupor o fomento de uma concepção ampla de educação, que não culmine em um individualismo exacerbado. Não é delegado a cada indivíduo determinar, a partir de seus ideários e concepção de mundo como deve ser a educação oferecida pelo Estado, tampouco cada indivíduo pode prescindir dessa posição. Sua atuação não pode subjugar o Estado, assim como este não pode ser subordinado a uma vontade individual e muito menos a uma coletividade que se mostra contrária à racionalização, à ciência e ao bom senso.

Antes, afirma Honneth (2013, p. 553) “(...) se pode dizer que, entre as tarefas do estado democrático de direito, deve estar em primeiro lugar a tarefa de dar a cada um de seus futuros membros de igual maneira, através de instituições de formação adequadas, a possibilidade de participar da legitimação pública de suas próprias decisões ‘sem medo nem vergonha’”. Aponta ainda para essa dissociação entre o campo educacional e a filosofia política olvidada de pensar propostas para uma educação que não esteja subordinada ao exposto acima, aos ditames da subjetividade ou da objetividade que se apresenta apolítica (defesas acaloradas de volta da ditadura civil-militar é um exemplo desse sintoma).

Mas a naturalidade que se expressa em tal direcionamento do ensino escolar para os mesmos procedimentos democráticos pelos quais ele próprio foi criado como obrigatório para todos está sendo questionada em grau crescente hoje em dia. Ao fazer isso, ou se apela para o imperativo da neutralidade do estado para advertir contra uma sobrecarga da educação escolar com valores políticos, estranhos a ela, ou se reclama, por parte de pais interessados, que com uma orientação excessivamente

forte por objetivos democráticos a transmissão de funções promotoras da carreira profissional poderia ficar prejudicada. Se tais reservas antigas ainda recebem, involuntariamente, apoio público pelo fato de que, face ao multiculturalismo consolidado, de fato muita coisa depõe em favor de uma libertação de nossas escolas de resíduos cosmovisivos, então surge imperceptivelmente aquela mescla difusa de coisas erradas e certas a partir da qual, de repente, toda e qualquer espécie de parcialidade do ensino. (Honneth, 2013, p. 551)

Fenômeno parecido vem ocorrendo com a pseudo ideia de popularização de uma postura crítica, mas que se apresenta como uma negação do método científico, ou seja, vende-se a postura de que ser questionador e não se deixar “doutrinar” é justamente negar tudo, sem que se coloque qualquer evidência em seu lugar, sem que se dialogue com termos científicos mínimos para qualquer debate. Fenômeno constante nas redes sociais e crescente na escola e na universidade, a partir de projetos que estão camuflados em uma penugem democrática. Isso fica evidente quando diferentes sujeitos que ocupam funções tão diversas se sentem autorizados a lançar toda sorte de dúvidas sobre determinado assunto específico, independente da sua área de atuação ou não.¹¹

De forma muito mais sutil, a caracterização do debate falso faz parecer que atores de suas próprias áreas de conhecimento, mas sem aquelas especializações, qualificações e capacidades que lhe garantiriam juízos balizados e assertivos por evidências científicas são tomados como equivalentes. O que exemplifica esta afirmação foram os diversos pronunciamentos médicos pelas redes sociais (Facebook, Instagram e também pelo Whatsapp) emitindo opiniões sobre a utilização de remédios e dos procedimentos que fogem ao seu escopo de atuação, de especialidade e expertise no trato da Covid-19.

A escola e a universidade não ficaram isentas desses ‘doutores e especialistas’, que demasiadamente se colocam como legisladores de como ela deve ser, sua organização interna e a compilação do conteúdo a ser ministrado. Baseiam suas experiências como condição de última e garantidoras de autoridades para que aquilo que afirmam possa ser tomado como verdades, uma vez que, por possuir um vínculo, ainda que muito distante (por ter sido aluna/o, por ter uma/um sobrinha/o que estuda ou uma/um filha/o) se arvoram no direito de ditar o que se deve ensinar as/os professoras/os.

Um exemplo dessa postura é assumida por grupos que tentam construir uma poutas para barrar qualquer tentativa em se discutir gênero e sexualidade nas escolas, como aponta Ivan Amaro ao demonstrar como, seja em nível federal quanto municipal, há presença de

¹¹ Aqui se pode apontar a estratégia do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro ao lançar reiterados ataques à Urna Eletrônica. Há muitos vídeos que confirmam esses ataques, esse é apenas mais um. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aQk_Zk-idxE. Acesso em: 28 fev. 2022.

grupos religiosos que se organizam “(...) para obstaculizar a implementação de políticas públicas em defesa dos direitos de mulheres, dos direitos sexuais e reprodutivos, dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e de quaisquer sujeitos que se distanciem das vertentes homogeneizadoras e heteronormativas afirmadas nos discursos conservadores” (2017, p. 141).

Fernanda Moura e Renata Aquino mapeiam como os grupos, quem elaboram e apresentam projetos de lei desde municípios até ao Congresso Nacional, ganham capital político, uma vez que se “(...) se apresentam como defensores da infância e da família contra supostos professores doutrinadores: apresentar projetos de censura tornou-se uma forma de o movimento divulgar suas ideias, acessar as instituições, e de os representantes espalharem suas articulações pelas crescentes teias conservadoras (...)” (2022, p.42)

Essa investida é exposto por Sonia Corrêa Marco Aurélio Máximo Prado apontadas quando da sua estatização das políticas antigênero após a eleição e vitória de Jair Bolsonaro, ou seja, a crescente “(...) sedimentação do ‘repúdio ao gênero’ na gramática do Estado, seja através de processos de higienização semântica, seja por meios que buscam fixar na linguagem estatal um significado negativo do termo” (2022, p. 47).

Além daqueles que estão totalmente à margem da educação, mas que tentam impor à escola, talvez menos à universidade, uma postura objetiva e eticamente neutra, em uma clara tentativa de tornar as/os professoras/es como coadjuvantes da educação das/os suas/seus filhas/os, e não mais como agentes do estado democrático de direito, ou seja, “(...) o direito dos pais de transmitir a seus filhos suas próprias convicções valorativas particulares tinha de ser rompido no portão da escola para se poder abrir aos pupilos o caminho para participar da formação da vontade pública mediante o exercício de comportamentos reflexivos.” (Honneth, 2013, p. 551)

Honneth assinala que o debate entre a promoção de uma educação que “construa” uma/um cidadã/ão desejada/o ao sistema democrático e tomando a democracia como a mais adequada forma de sistema político à construção de uma sociedade equânime, a ênfase deve estar em uma educação pública que aposte “mais fortemente na habituação a uma cultura associativa do que na transmissão unilateral de princípios morais” (2013, p. 556). Caminho contrário do que esses movimentos de inspiração ditatoriais vêm tentando emplacar seja por

meio de projetos de leis seja pelos pleitos de uma militarização do ensino, que pode ser constatado pelas tentativas de propor um ensino cívico-militar nas escolas.¹²

Urge retomar o debate ora esquecido entre a educação e a filosofia política, (Honneth, 2013) no que tange a promoção da educação. Esse debate nada tem a ver com debate falso, em que se atribui ao um suposto desenvolvimento de senso crítico nas redes e a uma suposta participação política interessada no fazer educacional. (Expressas em frases como esta: “pelo menos as pessoas estão mais interessadas em política, querem saber os rumos da educação dos seus filhos, do país...”.) A atuação nas redes sociais e em redes de afinidades daquelas e daqueles que comungam dos mesmos ideários, ainda em uma organização difusa e pouco incipiente (e também insipiente), mas que catapultado pela internet fez e faz ruídos, ganhando relevância e fomentando simpatia dos que pensam de forma semelhante por vezes pautando o debate político e educacional.

Honneth aponta que “(...) é tarefa do ensino escolar preparar técnica e socialmente os alunos para o uso dessa nova mídia, mas o enfrentamento conjunto de suas consequências históricas nem de longe deve se esgotar nisso”. (2013, p. 560) A escola não se pode furtar a este debate, mas não pode ser atribuída a ela uma ideia salvífica de que poderá sozinha resolver as querelas que estão postas hoje. A exigência de uma escola neutra do debate político e dos influxos desses pelas redes midiáticas é ingênuo, pois “necessário averiguar em conjunto, na verificação experimental do surgimento de temas e conhecimentos digitalmente disseminados, onde se encontram, além dos potenciais, também os limites e as ameaças da nova mídia” (Honneth, 2013, p. 560). E cabe a universidade manter diálogo constante, aberto e sempre atento ao que se tem discutido nela/com ela/ e por meio dela.

Considerações finais de uma caminhada a se fazer sempre de novo

A construção mútua entre educação e ‘fazer’ político deve balizar-se, sobretudo, em um debate que não se quer discrepante quanto às discussões de ideias e de ideais, não se furtando do debate ideológico, nem ao mesmo tempo reduzir-se a ele. (debate falso, cuja configuração das partes em desequilíbrio são equilibradas por meio de falácias de equivalência; muito menos, naqueles falsos debates, em que não se discutem as ideais, mas as escolhas e posturas pessoais)

¹² Ver a reportagem “Escolas cívico-militares: expansão de modelo divide opiniões”. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/15991/escolas-civico-militares-expansao-de-modelo-divide-opinioes?gclid=CjwKCAiAgvKQBhBbEiwAaPQw3EGRkYIROCBa2baQDCu1f9QnXzZPH-yOa5Z1IWFYdbdwAEsYzKHVMBoCIQgQAvD_BwE. Acesso em: 28 fev 2022.

O espaço da Universidade, e também da escola, é o lugar em que as ideias devem circular, ser ponderadas, estimuladas, discutidas e (des) construídas. Na educação, não cabe censura, embora não caiba o fomento de posturas que desumanizam e estimulam a eliminação do outro. Deve-se dialogar com os ecos que são ouvidos de todas as direções, sobretudo, aqueles que são tomados nas redes sociais, mas a educação e o fazer na universidade e na escola não pode ser reduzido a eles. Não se pode furtar-se ao debate de temas que atravessam a vida, como racismo, classe, gênero, sexualidade e tantos outros, até mesmo esses que advêm de posturas negacionistas, pois a pluralidade é relicário constitutivo do ambiente escolar.

Assim, as sombras lançadas pelo negacionismo sobre as luzes da ciência devem ser dissipadas tendo a educação (universidade e a escola) como um aliado fundamental neste combate da ignorância e das falsas equivalências. Uma vez que a compreensão de que quanto menos se tomar o sujeito isoladamente, e mais como um ser de múltiplas possibilidades, mais aproximá-lo de uma aprendizagem que conjuga seus conteúdos ‘internos’ e o que acontece nas redes podem cooperar à construção sempre de novo de um ideal de "enriquecimento mútuo" (Honneth, 2013, p. 560)

Referências

AMARO, I. A docência no armário: o silenciamento das relações de gênero nos planos de educação. *Revista Espaço Pedagógico*, [S. l.], v. 24, n. 1, 2017. DOI: 10.5335/rep.v24i1.6998. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/6998>. Acesso em: 11 jun. 2024.

CORRÊA, Sonia; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Ideologia antigênero nas políticas educacionais brasileiras: estatização e transnacionalidade. In.: LOPES, Bárbara; CARREIRA, Denise. Carreira, Denise. (Orgs) **Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2022.

HONNETH, A. Educação e esfera pública democrática: um capítulo negligenciado da filosofia política. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 13, n. 3, p. 544-562, 3 mar. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16529/10884>. Acesso em: 10 fev 2022.

LIMA, Helcira. Discursos negacionistas disseminados em rede. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 3, p. 389-408, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1758>. Acesso em: 23 fev 2022.

MBEMBE, Achille. FLUP - "O Mundo de Joelhos" - Achille Mbembe entrevistado por Iman Rappeti. Youtube, 2020. 1h36min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3mWNaTYptB8>. Acesso em: 22 fev 2022.

MORAES, Luis Edmundo de Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, SP, 2011.

Disponível em

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312810501_ARQUIVO_ANPUH2011-ARTIGO-Luis_Edmundo-Moraes.pdf. Acesso em: 28 fev 2022.

MOURA, Fernanda; AQUINO, Renata. Breve histórico das leis de censura na educação: Os projetos Escola sem Partido e antigênero (2014-2020). In.: LOPES, Bárbara; CARREIRA, Denise. Carreira, Denise. **(Orgs) Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2022.

NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

PENNA, F. de A. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 20, n. 3, 2018. Disponível em:

<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/3240>. Acesso em: 23 fev. 2022.